



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

A INVISIBILIDADE DA ÁREA DE PROJETOS SOCIAIS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Francisca Maria de Oliveira da Silva¹

Valdismagna Novais de Santana²

Monyelly Tuanny Soares Oliveira³

Resumo: O presente artigo foi elaborado com o objetivo de contribuir com o debate acerca do processo de formação e atuação profissional do Assistente Social no Brasil, destacando a pouca visibilidade que a área de gestão de projetos sociais ainda tem no âmbito acadêmico e profissional. O estudo aborda a atuação profissional em Gestão de Projetos Sociais, destacando o terceiro setor como campo amplo a ser explorado pelos assistentes sociais, o perfil esperado por um gestor de projetos sociais, bem como divulgar informações sobre fontes de recursos nacionais e internacionais para financiamento de projetos sociais, no Brasil.

Palavras-chave: Serviço Social. Terceiro Setor. Gestão de Projetos Sociais.

Abstract: The present article was made with an aim to contribute with the debate regarding the procedure of formation and professional performance of social workers in Brazil, emphasising the little visibility that the department of social Project management still has in the academic and professional. The Study Approach the professional performance at social Project management, mentioning the third sector with the wide camp to be explored by social workers, the waiting profile by a social Project management, as well to announce informations about sources of national and international resources for funding social projects, in Brazil.

Key-words. Social Service. Third Sector. Social Project Management.

INTRODUÇÃO

A gestão de projetos sociais é uma atividade não privativa do assistente social, mas constitui-se em um vasto campo de atuação profissional, pouco explorado pela categoria, a iniciar pelo processo de formação profissional. Anualmente são disponibilizados editais para contratação de profissionais para atuarem na elaboração, execução e gestão de projetos sociais, nas diversas políticas sociais, por instituições governamentais e não governamentais nacionais e internacionais. Neste aspecto, o presente estudo se dedica a responder a seguinte questão: O que causa a invisibilidade da área de projetos sociais no processo de formação e atuação profissional dos assistentes sociais?

Uma das causas da invisibilidade da área de gestão de projetos como área de atuação de assistentes sociais poderia ser explicada por sua ausência no processo de formação profissional. Outra hipótese seria o desconhecimento dos editais pelos

¹ Profissional de outras áreas, Ministério da Cidadania, E-mail: francisca.fasso@gmail.com.

² Profissional de Serviço Social, ONG Jesus Vive Assistência Social, E-mail: francisca.fasso@gmail.com.

³ Profissional de Serviço Social, Brasil Construções e Montagens LTDA, E-mail: francisca.fasso@gmail.com.

profissionais, ocasionado por falhas na divulgação, bem como pela burocracia, gerada pelo excesso de documentação e exigências do perfil profissional necessário para participação nos editais. Estes pontos também podem ser agravantes para o afastamento da profissão desse campo.

Por se tratar de um tema de pouco arcabouço teórico e que possivelmente poderá contribuir para futuros estudos, adotamos a pesquisa exploratória que, conforme Gil (2008) pode proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo do tema. Para isso, realizamos uma revisão bibliográfica sobre três categorias em questão: formação profissional, gestão de projetos e financiamento de projetos sociais. Através de pesquisa quantitativa e qualitativa procuramos analisar as matrizes curriculares dos cursos de serviço social, por meio dos endereços eletrônicos das instituições proponentes.

1 O ESPAÇO DEDICADO A GESTÃO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISIONAL DO ASISTESNTE SOCIAL NO BRASIL

O Serviço Social brasileiro surge como forma de atender às demandas criadas pelo processo de industrialização, ocorrido na época devido o desenvolvimento de uma política econômica, que visava superar o modelo agroexportador e impulsionar o crescimento industrial no país. Esse período corresponde ao capitalismo monopolista, que através da dinâmica das suas contradições, obriga o Estado a intervir contínua e sistematicamente no trato com as expressões da questão social, através de políticas sociais (SILVA, 1995).

Conforme Estevão (1999), “a implantação do Serviço Social é fruto da iniciativa particular de vários grupos da classe dominante, que têm na Igreja Católica seu porta-voz”. Esta, através das damas de caridade, vinha ampliando sua ação junto aos necessitados, espalhando, entre aos trabalhadores urbanos e suas famílias, uma ideologia positivista e conservadora, que contribuía para a manutenção e desenvolvimento do sistema vigente.

As primeiras escolas de Serviço Social se instalaram em solo brasileiro no final da década de 1930, quando se desencadeou no país o processo de industrialização e urbanização. Nas décadas de 1940 e 1950 houve um reconhecimento da importância da profissão, que foi regulamentada em 1957, através da lei nº. 3252.

As décadas de 60 e 70 figuraram terreno fértil para incubação das ideias que, posteriormente, fundamentariam o Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Fundamentado em um contexto de crise e dependência econômica e política, esse movimento perpetrava forte denúncia e oposição ao Serviço Social Tradicional⁴, sinalizando

⁴ NETTO entende como Serviço Social Tradicional “a prática empírica, reiterativa, paliativa e burocratizada” dos profissionais, parametrada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável (NETTO, 1981b:44) citado por NETTO (2002. p. 117).

para a necessidade de romper com o caráter conservador que originou a profissão, através de amplos questionamentos e críticas que colocavam como necessária a construção de um novo projeto profissional que respondesse às demandas específicas de cada país (Netto, 2002).

O Movimento de Reconceituação perpassou por diversos momentos de discussões e amadurecimento da categoria e se tornou hegemônico a partir dos anos 1980, com a construção do projeto ético-político profissional, assumido pelas entidades representativas da categoria. Segundo Netto (2002), manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador, quer com os seus paradigmas de intervenção social. Desenvolve-se com bases no marxismo acadêmico⁵ e na crise ditatorial, fortalecendo-se, posteriormente, através das produções teóricas dos próprios assistentes sociais.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 foram elaborados dispositivos legais que embasaram a implementação do sistema de Seguridade Social brasileiro o que fortaleceu o movimento da categoria profissional em torno de um novo Projeto Ético-político Profissional, adotado publicamente, a partir da década de 1990. Conforme Netto (1999),

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 1999, p. 15 e 16).

Dessa forma, o projeto ético político da profissão vigente se posiciona democraticamente a favor da equidade e da justiça social, garantia e acesso universal a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais, bem como sua gestão democrática, a ampliação e a consolidação da cidadania. Esses princípios estão explícitos no Código de Ética da Profissão⁶, e na Lei e Regulamentação da Profissão⁷, que norteiam o processo de formação e atuação profissional do assistente social no Brasil.

Tal proposta contesta abertamente os anseios da burguesia brasileira que, como defensora do neoliberalismo, é favorável a não participação do estado na economia, à

⁵ Entende-se por marxismo acadêmico o estudo feito por docentes das obras de autores que interpretam o pensamento marxista. Não há, aqui, um estudo direto nas obras clássicas de Marx.

⁶ Resolução CFESS nº 273/93.

⁷ Lei 8662/93.

privatização de empresas estatais, resultando em desemprego, baixos salários, aumento das diferenças sociais e dependência do capital internacional. Para Netto (1999),

É desnecessária qualquer argumentação detalhada para verificar o antagonismo entre o projeto ético-político que ganhou hegemonia no Serviço Social e a ofensiva neoliberal que, também no Brasil, em nome da racionalização, da modernidade, dos valores do Primeiro Mundo etc., vem promovendo (ao arripio da Constituição de 1988) a liquidação de direitos sociais (denunciados como “privilégios”), a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação sistemática de uma política macroeconômica que penaliza a massa da população (NETTO, 1999, p. 18 e 19).

Conforme Iamamoto (2008), o objeto de trabalho do Serviço Social se constitui nas particularidades das expressões da questão social⁸ e como estas são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivenciam. Isso nos leva a afirmar que o neoliberalismo se tornou uma ameaça real ao cumprimento do projeto profissional do Serviço Social, por agravar as expressões da questão social, intrínsecas ao modelo de produção capitalista. Como o Estado não dispõe de recursos suficientes para atender às necessidades da população referentes ao acesso às políticas sociais e aos direitos garantidos pela Constituição cidadã vem impulsionando a terceirização na execução de políticas públicas, transferidas para as organizações não governamentais e/ou empresas privadas, financiadas integral ou parcialmente com fundo público (IAMAMOTO, 2014, p. 633). Nesse contexto, a formação profissional também precisa acompanhar as metamorfoses no mercado de trabalho e nos espaços ocupacionais dos assistentes sociais nos âmbitos do Estado e respectivas políticas públicas, das empresas capitalistas e organizações civis não lucrativas (IAMAMOTO, 2014, p. 632).

Partindo então para o processo de formação do Assistente Social pós movimento de reconceituação, é notório que as atuais diretrizes curriculares têm no currículo mínimo aprovado pelo MEC em 1982, seus antecedentes mais importantes, propostas pela ABESS⁹ em 1979, em pleno período ditatorial, incorporando alguns avanços do movimento de reconceituação latino-americano (IAMAMOTO, 2014, p. 614).

No currículo aprovado pelo MEC em 1982, a matriz de ensino do Serviço Social centra-se nas ementas voltadas para a História do Serviço Social, Teoria do serviço Social e Metodologia do Serviço Social além de Estágio Supervisionado (...). É desse período a introdução da política social no universo da formação acadêmica, quando se vincula o exercício profissional às políticas sociais públicas, sendo as relações entre o Estado e a sociedade de classes decisivas para decifrar o significado social da profissão (IAMAMOTO, 2014, p. 614).

⁸ Conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2008, p. 16-17).

⁹ Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Em 2001, houve uma pequena alteração nas diretrizes curriculares, com o objetivo de atender aos anseios do mercado, através da formação por competências.

A proposta de ensino superior por competências substitui o foco no conhecimento com o valor maior em favor das capacidades instrumentais. A tendência é deslocar o centro de interesse dos conteúdos teóricos para outros de caráter instrumental, centrados na prática e no sistema produtivo, sensível às exigências do mercado. Para obter “maior eficiência com o menor gasto público” preconiza-se a avaliação por competências: comunicação verbal e escrita, trabalho em equipe, criatividade, capacidade de pensamento visionário, recursividade e capacidade de ajuste a mudanças (BANCO MUNDIAL, 2003 Apud IAMAMOTO, 2014, p. 626).

O site Ranking Universitário Folha 2016 ¹⁰ informa que, em 2017, o Brasil possuía trezentos e trinta e três cursos de Serviço Social em funcionamento. Destes, sessenta e dois eram ofertados por instituições públicas e os outros duzentos e setenta e um, por instituições privadas. A partir desses dados, iniciamos uma busca aos endereços eletrônicosⁱ das instituições para, através da matriz curricular de cada uma, identificar quantitativamente as disciplinas voltadas para a intervenção e gestão de projetos sociais. Para tanto, selecionamos uma amostra de sessenta instituições, divididas entre públicas e privadas.

Nesse universo, analisamos cinquenta por cento das grades curriculares dos cursos ofertados em universidades públicas e, o que podemos constatar foi que nas instituições mais bem colocadas na classificação, dezenove delas proporcionaram o acesso a até duas disciplinas da área de gestão e/ou planejamento. Outras sete disponibilizaram três disciplinas. Aqui destacamos ainda, os cursos de Serviço Social ofertados pelas Universidades Federais do Espírito Santo e Pernambuco, que ofertaram quatro e cinco disciplinas voltados para o objeto desta pesquisa, respectivamente.

Um fato que nos chamou atenção foi da Universidade Federal da Paraíba que, de acordo com as informações disponíveis no site, a grade curricular data de 1999 e não oferta disciplinas voltadas para gestão e/ou projetos sociais. Já a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) não disponibiliza no site essas informações.

A proporção de análise entre os cursos ofertados por instituições privadas foi um pouco menor, ficando em torno de dez por cento do total. Destas, quatorzes ofereceram até duas disciplinas voltadas para a atuação em gestão e/ou planejamento. Nove instituições ofertaram entre três e quatro disciplinas voltadas para esta temática. Outras cinco instituições não disponibilizam a matriz curricular no site e duas outras estão em processo de atualização das matrizes. Essa realidade pode ser justificada pela forma como está estruturado as diretrizes do curso de Serviço Social, que, mesmo com o novo

¹⁰ <http://ruf.folha.uol.com.br/2016/ranking-de-cursos/servico-social> . Acesso em 20/05/2017. Às 17h05min

direcionamento dado em 2001, ainda destina elevado peso aos conteúdos dos núcleos destinados ao conhecimento histórico e metodológico da profissão.

O conteúdo da formação está sustentado em três núcleos temáticos, o que representa uma inovação na maneira de pensar a formação acadêmica. São eles: *a) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da vida social; b) Núcleo dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do significado do Serviço Social no seu âmbito; c) Núcleo dos fundamentos do trabalho profissional*, abrangendo elementos constitutivos do Serviço Social enquanto especialização do trabalho: trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. (IAMAMOTO, 2014, p. 620).

Assim, podemos constatar que a carga horária dos cursos de Serviço Social dedicadas às disciplinas que estão vinculadas à atuação profissional no campo da gestão é irrisória frente aos outros conteúdos abordados e que subsidiarão o exercício da profissão nos campos mais tradicionais de atuação do assistente social. As disciplinas de gestão estão longe de ocupar um papel de destaque ou, até mesmo coadjuvantes no processo de formação dos assistentes sociais.

2 A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS NO BRASIL

A profissionalização do assistente social está vinculada à atuação nas expressões da questão social, oriunda das contradições entre as relações da classe proletária e burguesia. É essa, portanto, a "matéria-prima" e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão (YAZBEK, 2009, p. 6).

As desigualdades geradas pelo processo de exploração da mão de obra e apropriação da riqueza produzida e mal distribuída contribui para a reprodução social da pobreza e da escassez de acesso a bens e serviços disponibilizados pelo Estado, abrindo um amplo espaço para atuação profissional em instituições privadas, sem fins lucrativos, denominadas Terceiro Setor¹¹. A pesquisa bibliográfica realizada para averiguar a atuação do assistente social em projetos sociais está diretamente vinculada ao Terceiro Setor, certamente porque grande parte das atividades financiadas e executadas nessas instituições são através de projetos¹².

¹¹ Conjunto de organizações não governamentais, sem fins lucrativos, que abrange um conjunto extremamente diversificado: desde as tradicionais entidades filantrópicas, assistenciais (religiosas ou laicas) até as modernas fundações empresariais, passando por ONGs voltadas à defesa de direitos sociais e à melhoria das condições de vida da população (YAZBEK, 2009, p. 21).

¹² A definição de projeto, de acordo com a Project Management Institute: "Um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único". Isso implica um prazo limitado, uma data estipulada para conclusão e um resultado diferente daquele produzido no curso da rotina operacional (KEELING; BRANCO, 2014, p. 2).

A Lei de Regulamentação da Profissão elege como competência do Assistente Social elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil, bem como através de assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. Ainda sinaliza que, especificamente se tratando de matéria do Serviço Social, são atribuições privativas do assistente social a coordenação, elaboração, execução, supervisão e avaliação de estudos, pesquisas, planos, programas e projetos; assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, além de planejamento, organização e administração de programas e projetos em Unidade de Serviço Social. Assim, à medida que novas situações colocam para a profissão novas exigências, o Serviço Social é obrigado a atualizar-se, redefinindo estratégias e procedimentos, adequando-se a novas demandas e requisições do mercado de trabalho (YAZBEK, 2009, p. 16).

Dados de pesquisa¹³ realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), comprovam que em 2010 havia um universo pouco maior que 500 mil Instituições do Terceiro Setor cadastradas no Cadastro Nacional de Empresas (CEMPRE). Por isso, concordando com Yasbek, é possível admitir que atualmente lidamos com novas alternativas de atuação no Terceiro Setor, sobretudo com o crescimento de ONGs e de modernas fundações empresariais, que vêm movimentando um corpo considerável de voluntários e muitos recursos na prestação de serviços sociais. (YAZBEK, 1995, p.17 apud YAZBEC, 2009, p. 18). O Código Civil Brasileiro de 2002 define que as entidades do terceiro setor sejam juridicamente constituídas sob a forma de associação ou fundação (LACRUZ, 2014. Pág. 3-4). De acordo com os dados do IBGE, em 2010, estas instituições representavam cerca de 9,9% do total do cadastro de empresas do CEMPRE (LACRUZ, 2014, p. 5).

O mais recente estudo *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil (FASFIL)*, com dados de 2010, feito a partir do CEMPRE, realizado pelo IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), revelou a existência de 290,7 mil associações e fundações privadas sem fins lucrativos no Brasil, que contam com um contingente de mais de 2,1 milhões de colaboradores assalariados (IBGE 2012b apud LACRUZ, 2014, p. 6).

Como dito anteriormente, são os projetos que, na maioria das vezes, dão concretude às ações dessas entidades. Financiados por meio de convênios ou similares, com recursos oriundos de empresas privadas, institutos empresariais, institutos familiares, entidades públicas, sejam elas nacionais ou estrangeiras. Para exemplificar, o Grupo de

¹³ As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv62841.pdf>.

Institutos, Fundações e Empresa (GIFE¹⁴), composto por 140 investidores sociais privados no Brasil, destinou cerca de 2,2 bilhões de reais em 2011, para execução de projetos sociais. (LACRUZ, 2014, p. 9). Essa demanda tem gerado a necessidade de capacitação profissional que, para além da elaboração e execução de projetos sociais, deem conta de atender às especificidades de todas as etapas do gerenciamento de projetos, como a execução, o controle, a prestação de contas etc. Mas, o fato é que esse processo de profissionalização ainda está muito tímido e isso reflete em dificuldades que vão desde a baixa captação recursos, devido à inabilidade de adequar o projeto ao roteiro das propostas, nos termos de cada chamada, ou por inabilidade jurídica do proponente, até falhas na prestação de contas, podendo ocasionar impedimentos em futuros convênios. E aqui queremos destacar que a gestão de projetos é essencial para o bom desempenho e sobrevivência dessas instituições.

A função “gerente de projetos” em muitos casos é exercida por ocupantes de cargos específicos (como diretor, gerente, coordenador, analista, assistente ou auxiliar de projetos) que podem ou não compor departamentos característicos (como escritórios de projetos), o que depende naturalmente da modelagem institucional de cada entidade do terceiro setor (LACRUZ, 2014, p. 11).

A pesquisa bibliográfica realizada identificou uma fragilidade quanto ao conteúdo relacionado à atuação do Assistente Social em gestão de projetos sociais. Talvez porque, em muitas das vezes, o assistente social é contratado para elaborar e /ou executar os projetos. Por essa razão, os termos técnicos referentes à gestão de projetos estão aqui fundamentados em leituras da Administração, em que o tema é tratado com o enfoque maior em gestão de projetos, em empresas públicas e privadas, mas com um recorte administrativo/burocrático. Respeitando as especificidades de cada área de conhecimento, aqui destacaremos o perfil do gestor de projetos e as atribuições desta função.

Um projeto é planejado, financiado e administrado como uma atividade distinta e, se for tratado em separado do trabalho de rotina, é mais fácil de ser planejado, monitorado e controlado, o que evita a necessidade de sobrecarregar aqueles que respondem pelo trabalho do dia a dia. É mais fácil contratar ou distribuir pessoa, *know-how* especializado, recursos financeiros e materiais, atender custos e avaliar resultados sem as complicações de envolvimento em operações de longo prazo (KEELING; BRANCO, 2014, p. 3).

Para obter sucesso, o projeto precisa alcançar suas metas e atender às expectativas das partes interessadas. Assim, o monitoramento dessas expectativas é função de alta relevância no gerenciamento de projeto, que implicará na utilização de técnicas para definir e planejar todo o trabalho a ser realizado, conduzir a execução das atividades, verificar e controlar o desempenho da execução e garantir que as características

¹⁴ <http://gife.org.br/quem-somos-gife/>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

especificadas e contratadas sejam entregues no resultado do projeto (KEELING; BRANCO, 2014. Pág. 5). Keeling e Branco conferem ao gestor de projetos as seguintes atribuições:

Responsável pelo bom desempenho do projeto; O principal agente para a realização da integração das informações das diferentes frentes do projeto; O elo entre os interessados internos e externos e as organizações; regulador do progresso, velocidade, qualidade e custo; Líder e motivador pessoal do projeto; comunicador e negociador em todas as coisas relacionadas ao projeto; Controlador de finanças e outros recursos (KEELING; BRANCO, 2014, p. 15).

Assim, a gerência de projeto exige dedicação especial, disciplina e técnica. Por se tratar de uma atividade concentrada em prazo limitado ao ciclo de vida do projeto, é preciso ter controle sobre o planejamento e execução das ações, além de saber exercer a liderança e o desenvolvimento de equipes, mantendo a motivação dos atores envolvidos, em todas as etapas do processo.

3 EMPRESAS QUE FINANCIAM PROJETOS SOCIAIS NO BRASIL.

O universo de empresas financiadoras de projetos sociais, no Brasil, é muito vasto, sejam elas nacionais e/ou multinacionais. Desta forma, não pretendemos aqui listá-las, tão pouco esgotar as informações referentes a estas fontes. Nossa contribuição se limita a indicar alguns caminhos encontrados durante nossa pesquisa, para que profissionais interessados no tema possam trilhar na busca de recursos que patrocinem suas atuações no terceiro setor, através do acesso aos editais de ampla concorrência.

A captação de investimentos de instituições não governamentais que apoiam projetos sociais no Brasil pode ser feita por meio de processos seletivos ou critérios que levam em conta a necessidade de investimento, área de atuação ou a localização. A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) é uma instituição sem fins lucrativos, fundada na década de 1990, que tem como objetivo promover o intercâmbio entre entidades que buscam a ampliação do campo da cidadania, a constituição e expansão dos direitos fundamentais, a justiça e a consolidação de uma democracia participativa¹⁵. O Estatuto Social da ABONG define ainda que entidades vinculadas a Igrejas, organizações sindicais, partidos políticos ou empresas não poderão se associar, mesmo que atendam aos princípios gerais enunciados no Estatuto. O site da associação disponibiliza informações de processos de financiamentos, através do link oportunidades de mobilização de recursos.

A Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), fundada em 1999, funciona como uma rede de contribuições técnicas entre os profissionais captadores e mobilizadores de recursos, que atuam na área de projetos sociais, proporcionando o desenvolvimento profissional e ampliando a rede nacional de cobertura do Terceiro Setor. É

¹⁵ Estatuto social, disponível em: http://www.abong.org.br/quem_somos.php?id=3.

importante ressaltar que a atividade de captação de recursos além de complexa é considerada um dos grandes desafios na área de projetos sociais. Na ABCR, esta atividade é condicionada em torno de três temas específicos: Cultura, Educação e Direito. De acordo com informações disponíveis no site da ABCR, a Associação possui atualmente mais de 400 associados e conta com núcleos regionais distribuídos nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. Informações sobre editais disponíveis no link de editais abertos¹⁶.

A GIFE é uma associação de investidores sociais, formado por empresas nacionais e ou multinacionais, que possuem padrões internacionalmente reconhecidos em excelência no que se refere a financiamento privado de projetos sociais. Fundado em 1989, a Rede GIFE possui atualmente 129 associados¹⁷ que, somados, investem por volta de R\$ 3 bilhões por ano na área social, operando projetos próprios ou viabilizando os de terceiros, conforme informações disponíveis no site da GIFE, onde é possível também acessar a página de cada associado e consultar os editais disponíveis para financiamento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão de projetos sociais é um tema pouco explorado nos cursos de graduação em Serviço Social, conforme constatamos em pesquisa exploratória. Podemos afirmar que essa invisibilidade é decorrente do processo de escolha das disciplinas que compõe o extenso currículo dos cursos, conforme também constatou Iamamoto (2014). Mesmo com o novo direcionamento curricular dado em 2001, as matrizes dos cursos de Serviço Social ainda destinam elevado peso aos conteúdos dos núcleos destinados ao conhecimento histórico e metodológico da profissão. As disciplinas de gestão estão longe de ocupar um papel de destaque ou, até mesmo coadjuvantes no processo de formação dos assistentes sociais.

Por isso, não podemos afirmar que o desconhecimento dos editais seja um problema, tão pouco que haja falha na divulgação deles. Pois, há uma vasta oferta de editais disponíveis nos endereços eletrônicos de instituições que financiam projetos sociais no Brasil. Basta apenas que os profissionais ocupem este campo de atuação que, conforme destacamos, apesar de consolidado ainda é pouco explorado. E isso implica também se apropriar de todo o conhecimento necessário para atuação na área elaboração, execução e gestão de projetos sociais.

¹⁶ <http://captacao.org/recursos/editais-abertos>.

¹⁷ Mais informações sobre os associados disponíveis em: <http://gife.org.br/associados/>.

5 REFERÊNCIAS

BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentalidade**. São Paulo: Veras Editoras; Lisboa: CPIHTS, 2000.

BOSCHETTI, I. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 1ed. Brasília: CFESS, 2009, v. 1, p. 575-592. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/V6W3K9PDvT66jNs6Ne91.pdf>>. Acesso em 30 de abril de 2017.

DAMASIO, A. M. **O projeto social como resposta à questão social**. In: 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: 80 anos de Serviço Social: Tendências e Desafios. Disponível em: <<http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ff/ff4abc60-cd6e-430b-abe1-cc5c5e7120dc.pdf>>. Acesso em 30 de abril de 2017.

ESTEVIÃO, A. M. R. **O que é serviço social**. 6. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DO MATO GROSSO: **Informações para quem busca recursos para projeto sociais**. Disponível em: <<http://www.apaemt.org.br/noticia.phtml/25612>>. Acesso em 23 de maio de 2017.

FREITE, Abraão dos Santos Freire; CÂNDIDO, Sandra da Silva Cândido. Uma análise da origem do serviço social no Brasil. **Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**; Ano VI, nº 8. Setembro de 2013 – ISSN – 1983 – 1285.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo. Cortez. 1998.

KEELING, Ralph. BRANCO, Renato Henrique Ferreira. **Gestão de Projetos: Uma abordagem prática**. Tradução: Cid Knipel Moreira. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LACRUZ, Adonai José. **Gestão de projetos no Terceiro Setor: Uma aplicação prática**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevir, 2014.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**; Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

OBSERVATORIO TERCEIRO SETOR. **Fontes de Financiamento Nacionais e Internacionais**. Disponível em: <<http://observatorioterceirosetor.org.br/wp-content/uploads/2013/12/entidadesfinanciadoras.pdf>>. Acesso em 23 de maio de 2017.

REDE GLOBO. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/acao/noticia/2012/05/instituicoes-ongs-e-empresas-apoiam-projetos-sociais-no-brasil.html>>. Acesso em 23 de maio de 2017.

SILVA, Maria Ozanira Silva. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995.

TERCEIRO SETOR. Disponível em: <<http://www.portalterceirosetor.org.br/>>. Acesso em 04 de junho de 2017.

YASBEK, M. C. **O significado sócio-histórico da profissão.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 125-142

ⁱ http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=907. Acesso em: 20/05/2017.
http://www.ser.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=37. Acesso em: 20/05/2017.
<https://www.siga.ufrj.br/sira/temas/zire/frameConsultas.jsp?mainPage=/repositorio-curriculo/45F95BF8-92A4-F79F-2482-448A99F5A205.html>. Acesso em: 20/05/2017
https://www.ufpe.br/proacad/images/cursos_ufpe/servico_social_perfil_1404.pdf. Acesso em: 20/05/2017.
<http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2016/07/Grade-Curricular-PPC-2015.pdf>. Acesso em: 20/05/2017.
<http://cagr.sistemas.ufsc.br/relatorios/curriculoCurso?curso=309>. Acesso em: 01/06/2017
<https://inscricao.id.uff.br/consultaMatrizCurricular.uff>. Acesso em: 20/05/2017.
<https://ips.ufba.br/servico-social/ementas-programas>. Acesso em: 20/05/2017.
http://www.uel.br/prograd/pp/documentos/servico_social.pdf. Acesso em: 20/05/2017.
<http://www.ufff.br/portal/universidade/graduacao/servico-social/>. Acesso em: 20/05/2017 às 19h50min
http://www.fss.uerj.br/?page_id=54. Acesso em: 20/05/2017 às 19h55min
<https://drive.google.com/file/d/0BwBxGTKKXMLjZlJpUTk4VDJpeGM/view>. Acesso em: 20/05/2017 às 20h
<https://sigaa.ufm.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/505860900>. Acesso em: 20/05/2017 às 20 hrs10min
file:///C:/Users/Conselho_12/Downloads/Semestral%20Diurno.pdf. Acesso em: 20/05/2017 às 20h15min
<http://www.servicosocial.ufes.br/sites/servicosocial.ufes.br/files/field/anexo/GRADE%20curricular%202002.pdf>. Acesso em: 20/05/2017 às 20h20min
<file:///E:/GRADES/PUBLICAS/UNIFESP.html>. Acesso em: 20/05/2017 às 20h30min
http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/cc/arquivos/files/servico_social_bacha.pdf. Acesso em: 20/05/2017 às 20h35min
<file:///E:/GRADES/PUBLICAS/Matriz%20curricular%20dos%20cursos%20da%20Universidade%20Federal%20de%20Mato%20Grosso%20-%20UFMT.html>. Acesso em: 20/05/2017 às 20h40min
<http://w3.ufsm.br/servicosocial/index.php/2015-12-18-17-25-46/grade-curricular>. Acesso em: 20/05/2017 às 20h50min
<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/ci4HborbVfrktRv.pdf>. Acesso em: 30/05/2017
<http://www.ufam.edu.br/institucional>. Acesso em 30/05/2017
<http://www5.unioeste.br/portalunioeste/prograd-outros/cursos-campus-todos/campus-beltrao?campi=0&curso=FB0036>. Acesso em: 30/05/2017
<https://www.goias.ufg.br/p/13463-matriz-curricular-ss>. Acesso em 30/05/2017
http://www.cchla.ufpb.br/css/?page_id=15. Acesso em 30/05/2017
<http://www.uece.br/servicosocial/index.php/programadasdisciplinas>. Acesso em: 30/05/2017
<https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/departamento/componentes.jsf?id=100>. Acesso em: 30/05/2017
http://proreitorias.uepb.edu.br/prograd/download/composi%C3%A7%C3%B5es_curriculares/campus_i/Composi%C3%A7%C3%A3o%20SERVI%C3%87O%20SOCIAL%20-%20de%20ANUAL%20para%20SEMESTRAL.pdf. Acesso em 30/05/2017
http://www.facip.ufu.br/sites/facip.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/ServicoSocial_grade_curricular.pdf. Acesso em 30/05/2017
http://www.dcs.uem.br/index/?page_id=2029. Acesso em: 30/05/2017
http://www.pucsp.br/graduacao/servico-social#matriz_curricular. Acesso em 30/05/2017
<http://www.pucrs.br/humanidades/curso/servico-social/#curriculo>. Acesso em: 30/05/2017
http://portal.pucminas.br/graduacao/index1.php?tipo_form=matriz&pai=0&codigo=16&pag=2541. Acesso em: 30/05/2017
<http://www.unisinos.br/images/modulos/graduacao/disciplinas/grade-curricular/GR11009-001-005.pdf>. Acesso em: 23/05/2017 às 14h10min
http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccg/servico_social.html. Acesso em: 23/05/2017 às 14h15min
<http://www.pucpr.br/arquivosUpload/5396459431477569761.pdf>. Acesso em: 23/05/2017 às 14h20min
https://www.unip.br/ensino/graduacao/tradicionais/hum_serv_social_grade.aspx. Acesso em: 23/05/2017 às 14h25min
<https://www.puc-campinas.edu.br/graduacao/servico-social/>. Acesso em: 23/05/2017 às 14h30min
<http://www.uninove.br/graduacao/servico-social>. Acesso em: 01/06/2017
<http://portal.estacio.br/graduacao/servi%C3%A7o-social>. Acesso em: 01/06/2017.
http://www.unicap.br/graduacao/pages/wp-content/uploads/2010/08/Servi%C3%A7o-Social_matriz_curricular.pdf. Acesso em: 23/05/2017 às 14h40min
<http://www.ucb.br/sites/000/1/PDF/2016/MatrizesCurriculares/GPH03SERVIAOSOCIAL.pdf>. Acesso em: 23/05/2017 às 14h45min
<https://vestibular.unama.br/curso/83/3876/3/servico-social/anandindeua-pa>. Acesso em: 23/05/2017 às 14h50min
<https://www.ucs.br/portais/curso155/plano/gra000754/h/>. Acesso em: 23/05/2017 às 15h
https://portal.unit.br/arquivos/matriz_curricular/servico-social.pdf. Acesso em: 23/05/2017 às 15h10min
<https://unp.br/wp-content/uploads/2015/06/PPC-2016-SERVIC%CC%A7O-SOCIAL.pdf>. Acesso em: 23/05/2017 às 15h15min
www.cruzeirodosulvirtual.com.br/graduacao/servico-social. Acesso em: 23/05/2017 às 15h20min

http://www.ucpel.tche.br/htmlarea/midia/files/160627152309_SERVICO_SOCIAL_J241.pdf>. Acesso em: 23/05/2017 às 15h25min

http://www.ceuma.br/sitenovo/graduacao_grade.asp?curso=0013>. Acesso em: 23/05/2017 às 15h30min

[>](http://www.unaerp.br/cursos/servico-social). Acesso em: 23/05/2017 às 15h35min

<http://sites.pucgoias.edu.br/cursos/servicosocial/wp-content/uploads/sites/50/2013/04/MATRIZ-CURRICULAR-SERVI%C3%87O-SOCIAL-2016-1-ATUALIZADA.pdf> . Acesso em 30/05/2017

<http://portal.fmu.br/curso/37/0/servico-social.aspx> . Acesso em:30/05/2017

<http://www.univag.com.br/curso/23/servico-social/> . Acesso em: 30/05/2017

<http://site.ucdb.br/cursos/4/graduacao/26/servico-social/169/disciplinas/248/> . Acesso em: 30/05/2017

<http://www.unijui.edu.br/>. Acesso em: 30/05/2017

<http://www.univap.br/universidade/graduacao/fcs/cursos/servico-social/sobre-o-curso.html>. Acesso em; 30/05/2017

<http://www.ulbra.br/itumbiara/graduacao/ead/servico-social/bacharelado/matriz>. Acesso em: 30/05/2017

http://www.uniderp.br/uniderp/vw_curso.aspx?CodCurso=69 . Acesso em: 31/05/2017

http://noosfero.ucsal.br/articles/0001/5366/MATRIZ_CURRICULAR._Servi%C3%A7o_Social.pdf . Acesso em: 31/05/2017

http://www.reitoria.br/reitoria_uri/show.php?pag=1014 . Acesso em: 31/05/2017.